

REMUNERAÇÕES NA FUNÇÃO ESTÃO CONGELADAS DESDE 2009, MAIS DE 280.000 TRABALHADORES NEM TIVERAM A ILUSÃO DA REPOSIÇÃO DO CORTE DE REMUNERAÇÕES, É NECESSÁRIO QUE NÃO SEJAM ESQUECIDOS NO OE-2017

Numa altura em que se começa a preparar o Orçamento do Estado para 2017, é importante fazer uma análise objetiva da situação dos trabalhadores da Função Pública. E isto até porque as notícias que aparecem periodicamente nos media muitas vezes não refletem com verdade a situação, o que determina uma informação errada que acaba por representar, objetivamente, uma forma de manipulação da opinião pública. Alguns exemplos. As carreiras na Função Pública estão congeladas há mais de 10 anos e as remunerações desde 2009. Tudo isto é esquecido. E quando se referem à reposição dos cortes das remunerações esquecem também, por desconhecimento ou intencionalmente, mais de 30,4% dos trabalhadores da Administração Central e 76,4% dos trabalhadores da Administração Local (autarquias) não tiveram qualquer reposição. E mesmo estas percentagens estão subestimadas (estão abaixo do real) como vamos mostrar.

AS ESTATÍSTICAS DO EMPREGO PÚBLICO REFERENTES AO 2º TRIMESTRE DE 2016 DIVULGADAS PELA DGAEP DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

A Direção Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP) do Ministério das Finanças acabou de divulgar as estatísticas do Emprego Público referente ao 2º Trimestre de 2016. Elas contêm dados do número de trabalhadores da Função Pública até Junho de 2016, e de remunerações até Abril de 2016, desagregadas pela Administração Central, Administração Local, Fundos de Segurança Social, e Regiões Autónomas dos Açores e Madeira (a RA da Madeira tem-se recusado a fornecer dados sobre as remunerações) e dentro destas por categorias profissionais.

Estes dados constam dos 6 quadros que estão em anexo, que ficam assim disponíveis para os leitores que queiram fazer uma análise mais fina.

No entanto, antes de tirar conclusões sobre eles, interessa chamar já a atenção dos leitores para erros que existem neles, alguns deles evidentes pela simples leitura, que têm sido denunciados pelos sindicatos da Função Pública. E esses erros são nomeadamente a nível de remunerações em que os valores divulgados pelo Ministério da Finanças estão claramente sobreavaliados, pois a maioria dos trabalhadores de cada categoria profissional têm remunerações inferiores aos valores divulgados. E isto por os valores divulgados pela DGAEP são as médias das remunerações de cada categoria, o que determina que, embora a maioria dos trabalhadores de cada categoria recebam remunerações inferiores à média, já que esta é influenciada para cima pelas remunerações mais elevadas recebidas por um pequeno numero de trabalhadores de cada categoria. E isto causa distorções importantes quando se procura estimar o numero de trabalhadores com ganhos médios inferiores a 1.500€ que não tiveram qualquer reposição de cortes remunerações. Mesmo assim, como são os únicos dados disponíveis temos de os utilizar, no entanto não queremos deixar de alertar os leitores para esse facto que distorce, naturalmente para melhor, as conclusões. E isto porque a situação real, trabalhadores com remunerações inferiores a 1.500€/mês, portanto que não tiveram qualquer reposição, o seu numero é ainda superior ao que vamos referir.

Como rapidamente se conclui do quadro 1 e 2 em anexo, entre 31.Dez.2011 e 30.Jun.2016, o número de trabalhadores da Administração Central diminuiu em 49.000 (-8,9%); os da Administração Local reduziu-se em 14.184 (-11,4%), os dos Fundos de Segurança Social registaram uma diminuição de 2.939 (-23,1%); os da R.A. da Madeira tiveram uma redução de 1.727 (-8,1%), e os da R.A. dos Açores de apenas 174 (-1%).

Os grupos profissionais mais atingidos pelos cortes foram os seguintes: **(1) Na Administração Central:** Assistentes Técnicos (*redução de 9.617 trabalhadores = 16,7% do total desta categoria profissional*); Assistentes Operacionais (*redução de 9.253 trabalhadores = 9,7% desta categoria*); e Educadores de Infância, Docentes do Ensino Básico e secundário (*redução 20.279 Trabalhadores = 14,7% desta categoria*); **(2) Na Administração Local :** Assistentes Técnicos (*redução 2.008 trabalhadores = 7% desta categoria*); e Assistentes Operacionais (*redução de 10.216 trabalhadores = 15,9% do total desta categoria*); **(3) Nos Fundos da Segurança Social :** Dirigentes intermédio (*redução*

de 265 = 26,3% do total desta categoria profissional); Assistente Técnico (redução de 1.095 trabalhadores = 21% desta categoria); Assistentes operacionais (redução de 1.022 trabalhadores = 43,2% do total desta categoria profissional). (4) **Nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Acores** os grupos profissionais mais atingidos pela redução foram também os assistentes técnicos e assistentes operacionais (nos primeiros a redução atingiu 418, e nos segundos – assistentes operacionais – o corte foi de 1.137 trabalhadores)

Em resumo, os grupos profissionais mais atingidos foram os professores, os assistentes técnicos e os assistentes operacionais, o que afetou o funcionamento de toda a Administração Pública e causou uma profunda degradação dos serviços públicos com elevados prejuízos para toda a população, bem sentido por esta.

Os dados do quadro 1 também revelam que ainda não se verificou uma verdadeira inversão para alterar esta situação. Entre Dez.2015 e Junho de 2016, o numero de trabalhadores da Administração Central passou de 501.933 para 502.177 (apenas + 244), e o da Administração Local passou de 109.805 para 109.987 (apenas + 182).

Nos quadros 3, 4, 5 e 6, em anexo, encontram as remunerações médias dos trabalhadores da Administração Central e Local, dos Fundos da Segurança Social e da R.A. dos Açores (a RA da Madeira tem-se recusado a fornecer dados sobre remunerações) sem cortes (são as de Julho de 2014, quando por decisão do Tribunal Constitucional foram anulados temporariamente todos os cortes); as de Outubro de 2015 e as de Abril de 2016 (com exceção das Fundos de Segurança Social em que a última remuneração disponibilizada pela DGAEP é de Jan.2015) o que permite não só calcular o valor do corte de remunerações reposto e o que falta repor por categorias profissionais, mas também fazer uma estimativa do numero de trabalhadores da Administração Central, da Administração Local, dos Fundos da Segurança Social e da RA dos Açores que não sentiram os efeitos da reposição dos cortes por receberem remunerações inferiores a 1.500€ por mês.

Em relação à **Administração Central**, segundo os dados da DGAEP constantes do quadro 3, a reposição média a nível de remuneração base é de 35€/ mês e a nível de Ganhos médio é de apenas 27€ por mês, variando entre ZERO (assistente técnico) e 530€ por mês (diplomata), faltando repor em media 27€ por mês a nível de ganho médio e 21€ a nível de remuneração base média mensal . E isto tudo segundo os dados divulgados pela DGAEP que publica remunerações médias de cada categoria o que causa inevitavelmente erros a nível de conclusões.

Também em relação à **Administração Central**, e utilizando os dados divulgados pela DGAEP dos quadros 1 e 3, estima-se que cerca de 143.713 trabalhadores (assistentes técnicos e operacionais, Técnicos de diagnóstico e terapêutica e Outro pessoal de segurança), o que corresponde a 30,4% do total de trabalhadores da Administração Central sem Forças Armadas, não sentiram os efeitos da reposição dos cortes porque o seu ganho médio mensal é inferior a 1.500€/mês. No entanto, se somarmos a estas categorias aquelas em que uma parte importante dos trabalhadores também não sentiram os efeitos (técnicos superiores, enfermeiros e oficiais de justiça), pelas razões que explicamos no inicio, o seu numero já aumenta para 222.619, o que já representa 47% dos trabalhadores da Administração Central sem as Forças Armadas.

Em relação à **Administração Local**, segundo os dados da DGAEP constantes do quadro 4, a reposição média a nível de remuneração base é de 10€/ mês e a nível de Ganhos médio é de apenas 13€ por mês, variando entre ZERO (assistente técnico) e 111€ por mês (dirigente do órgão executivo), faltando repor em media -5€ (?) por mês a nível de ganho médio e -6€ (?) a nível de remuneração base média mensal, segundo a os dados divulgados pela DGAEP, o que não deixa de ser estranho pois são valores negativos, que mostra de uma forma clara as deficiências e erros existentes nos dados divulgados pelo Ministério das Finanças.

Também em relação à **Administração Local**, e utilizando os dados divulgados pela DGAEP dos quadros 1 e 4, estima-se que cerca de 83.994 trabalhadores (assistentes técnicos e operacionais, bombeiros e polícias municipais), o que corresponde a 76,4% do total de trabalhadores da Administração Local, não sentiram os efeitos da reposição dos cortes porque o seu ganho médio mensal é inferior a 1.500€/mês.

Em relação aos **Fundos da Segurança Social**, segundo os dados da DGAEP constantes do quadro 5, que são de Janeiro de 2015 (são os últimos disponibilizados pela DGAEP), por isso só se pode calcular o valor da reposição do corte que faltava nessa data, conclui-se que faltava repor, nessa data, em média 13€ na remuneração base média mensal, embora o valor a repor variasse entre ZERO (assistente técnico) e 343€ por mês (dirigente)..

Também em relação **Fundos da Segurança Social**, e utilizando os dados divulgados pela DGAEP constantes dos quadros 1 e 5, estima-se que cerca de 9.804 trabalhadores (assistentes técnicos e operacionais, e Técnicos de diagnóstico e terapêutica), o que corresponde a 55,9% do total de trabalhadores dos Fundos da Segurança Social , não sentiram os efeitos da reposição dos cortes porque o seu ganho médio mensal é inferior a 1.500€/mês

Finalmente, em relação à **Região Autónoma dos Açores**, segundo os dados constantes do quadro 6, conclui-se que faltava repor ainda, em média, 26€, embora para uma das categorias a reposição que falta atingisse 372€/mês

Finalmente estima-se que 7.695 trabalhadores da **RA dos Açores** e 9.372 trabalhadores da **RA da Madeira** não tenham sentido os efeitos da reposição do corte de remunerações.

CONCLUSÃO FINAL: Da análise feita pode-se concluir, de uma forma fundamentada, o seguinte: (1) Pelo menos 280.000 trabalhadores das Administrações Públicas Central, Local e Regional, que correspondem a 44% dos trabalhadores da Função Pública sem contar com as Forças Armadas, que têm as suas remunerações congeladas desde 2009, não sentiram os efeitos da reposição do corte das remunerações. Se adicionarmos a estes as categorias em que muitos trabalhadores também não sentiram esses efeitos – técnicos superiores, enfermeiros e oficiais de justiça – por terem ganhos mensais inferiores a 1.500€/mês esse número aumenta para 359.453, o que corresponde a 57% de todos os trabalhadores da Função Pública sem as Forças Armadas. Portanto, entre 44 % e 57% dos trabalhadores da Função Pública (não inclui as Forças Armadas) não sentiram os efeitos da reposição dos cortes de remunerações E muitos destes trabalhadores têm remunerações entre os 600€ e os 780€ (cerca de 71.000 recebem apenas o salário mínimo nacional). Mas a maioria dos órgãos de informação quando se referem aos efeitos da reposição dos cortes de remunerações tratam esta matéria como tal medida tenha “beneficiado” todos os trabalhadores da Função Pública. Isso não corresponde à verdade. A falta de rigor no tratamento desta e de outras questões é também uma forma de manipulação da opinião pública.

Certamente mais de 280.000 trabalhadores da Função Pública com remunerações inferiores a 1.500€, e a maior parte deles mesmo muito inferior a este valor, têm as suas remunerações congeladas desde 2009, e também se mantém congeladas as suas progressões na carreira. E entre 2009 e 2016, a inflação atinge já cerca de 9,5%, o que significa uma redução de mais de 8,6% no poder de compra dos seus salários deste trabalhadores a que se juntou a degradação do seu nível de vida causada pela subida de 113% da contribuição para a ADSE e pelo aumento enorme de IRS que atingiu todos os portugueses durante o governo do PSD/CDS, o que reduziu ainda o seu rendimento disponível. **É necessário que pelo menos estes trabalhadores da Função Pública não sejam mais uma vez esquecidos no Orçamento do Estado para 2017, como aconteceu em 2016, até porque eles não serão beneficiados com a eliminação da sobretaxa de IRS em 2017 que, neste ano, só beneficiará os rendimentos mais elevados.**

Eugénio Rosa
edr2@netcabo.pt
20.8.2016

Quadro 1- A redução do numero de trabalhadores da Administração Central, da Administração Local e dos Fundos da Segurança Social no período Dez.2011/Jun.2016

RÚBRICA	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL					ADMINISTRAÇÃO LOCAL					FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL			
	2011	2015	2016	Variação	Var. %	2011	2015	2016	Variação	Variação %	2011	2016	Variação	Var. %
CARGO / CARREIRA / GRUPO	31-dez	31-dez	30-jun	2011-16	2011-16	31-dez	31-dez	30-jun	2011-16	2011-16	31-dez	30-jun	2011-16	2011-16
Total	551.177	501.933	502.177	-49.000	-8,9%	124.171	109.805	109.987	-14.184	-11,4%	12.743	9.804	-2.939,0	-23,1%
Representantes do poder legislativo (a)	52	63	63	11	21,2%	3.010	2.035	2.025	-985	-32,7%	0	0	0,0	0,0
Dirigente superior:	1.289	1.181	1.196	-93	-7,2%	370	219	227	-143	-38,6%	27	20	-7,0	-25,9%
<i>Dirigente Superior de 1.º grau</i>	397	349	343	-54	-13,6%	213	149	155	-58	-27,2%	8	6	-2,0	-25,0%
<i>Dirigente Superior de 2.º grau</i>	892	832	853	-39	-4,4%	157	70	72	-85	-54,1%	19	14	-5,0	-26,3%
Dirigente intermédio:	5.657	5.361	5.415	-242	-4,3%	3.344	2.321	2.427	-917	-27,4%	1.227	962	-265,0	-21,6%
<i>Dirigente Intermédio de 1.º grau</i>	2.041	1.758	1.779	-262	-12,8%	694	409	418	-276	-39,8%	78	61	-17,0	-21,8%
<i>Dirigente Intermédio de 2.º grau</i>	2.273	2.503	2.514	241	10,6%	2.322	1.619	1.683	-639	-27,5%	140	383	243,0	173,6%
<i>Dirigente Intermédio de 3.º e mais graus</i>	1.343	1.100	1.122	-221	-16,5%	328	293	326	-2	-0,6%	1.009	518	-491,0	-48,7%
Técnico Superior	33.427	33.032	32.106	-1.321	-4,0%	18.900	19.357	19.455	555	2,9%	2.945	2.710	-235,0	-8,0%
Assistente técnico/administrativo (b)	57.753	48.306	48.136	-9.617	-16,7%	28.721	26.758	26.713	-2.008	-7,0%	5.224	4.129	-1.095,0	-21,0%
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	95.414	86.956	86.161	-9.253	-9,7%	64.261	54.051	54.045	-10.216	-15,9%	2.364	1.342	-1.022,0	-43,2%
Informático	3.071	2.770	2.771	-300	-9,8%	1.449	1.438	1.436	-13	-0,9%	292	294	2,0	0,7%
Magistrado	3.804	3.866	3.826	22	0,6%	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0
Diplomata	372	377	359	-13	-3,5%	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0
Pessoal de Investigação Científica	1.815	1.347	1.337	-478	-26,3%	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0
Docente Ensino Universitário	13.997	13.977	14.097	100	0,7%	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0
Docente Ensino Superior Politécnico	9.694	8.870	9.152	-542	-5,6%	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0
Educ.Infância e Doc. Ens. Básico/Secund.	138.119	117.228	117.840	-20.279	-14,7%	572	438	416	-156	-27,3%	390	118	-272,0	-69,7%
Pessoal de Inspeção	1.342	1.192	1.225	-117	-8,7%	0	0	0	0	0	217	213	-4,0	-1,8%
Médico	24.033	25.633	26.819	2.786	11,6%	1	0	0	-1	-100,0%	0	0	0,0	0,0
Enfermeiro	39.635	38.854	39.335	-300	-0,8%	7	7	7	0	0,0%	25	5	-20,0	-80,0%
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	8.303	8.021	8.127	-176	-2,1%	0	0	0	0	0	32	11	-21,0	-65,6%
Técnico Superior de Saúde	1.789	1.747	1.750	-39	-2,2%	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0
Administração Tributária e Aduaneira	9.754	9.258	9.193	-561	-5,8%	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0
Conservador e Notário	668	603	607	-61	-9,1%	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0
Oficial dos Registos e do Notariado	4.458	3.941	3.948	-510	-11,4%	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0
Oficial de Justiça	8.095	7.634	7.465	-630	-7,8%	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0
Forças Armadas	34.514	29.178	29.073	-5.441	-15,8%	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0
Polícia Judiciária	2.318	2.210	2.182	-136	-5,9%	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública	21.928	21.406	21.223	-705	-3,2%	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0
Guarda Nacional Republicana	22.899	22.781	22.622	-277	-1,2%	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0
Serviço Estrangeiros Fronteiras	756	742	791	35	4,6%	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0
Guarda Prisional	4.312	4.082	4.069	-243	-5,6%	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0
Outro Pessoal de Segurança	1.909	1.317	1.289	-620	-32,5%	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0
Bombeiro	0	0	0	0	0	2.264	2.044	2.076	-188	-8,3%	0	0	0,0	0,0
Polícia Municipal (d)	0	0	0	0	0	1.272	1.137	1.160	-112	-8,8%	0	0	0,0	0,0

FONTE: Estatísticas do Emprego Público - 2º Trimestre de 2016 - DGAEP - Ministério das Finanças

Quadro 2 – A redução de trabalhadores nas R.A. da Madeira e Açores entre 2011 e 2016

CARGO / CARREIRA / GRUPO	A. R. DOS AÇORES				A. R. DA MADEIRA			
	2011	2016	Variação 2011-16		2011	2016	Variação 2011-16	
	31-dez	30-jun	Em N°	Em %	31-dez	30-jun	Em N°	Em %
Total	17.728	17.554	-174	-1,0%	21.354	19.627	-1.727	-8,1%
Representantes do poder legislativo (a)	69	69	0	0,0%	54	57	3	5,6%
Dirigente superior:	128	102	-26	-20,3%	110	85	-25	-22,7%
Dirigente intermédio:	303	285	-18	-5,9%	478	368	-110	-23,0%
<i>Dirigente Intermédio de 1.º grau</i>	97	92	-5	-5,2%	203	190	-13	-6,4%
<i>Dirigente Intermédio de 2.º grau</i>	134	144	10	7,5%	270	175	-95	-35,2%
<i>Dirigente Intermédio de 3.º e mais graus</i>	72	49	-23	-31,9%	5	3	-2	-40,0%
Técnico Superior	1.270	1.414	144	11,3%	1.342	1.413	71	5,3%
Assistente técnico/administrativo (b)	2.732	2.673	-59	-2,2%	3.389	3.030	-359	-10,6%
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	5.354	4.998	-356	-6,6%	5.993	5.212	-781	-13,0%
Informático	182	180	-2	-1,1%	200	211	11	5,5%
Pessoal de Investigação Científica					1	2	1	100,0%
Educ.Infância e Doc. Ens. Básico/Secund.	5.212	5.254	42	0,8%	6.869	6.256	-613	-8,9%
Pessoal de Inspecção	103	111	8	7,8%	69	62	-7	-10,1%
Médico	573	647	74	12,9%	442	552	110	24,9%
Enfermeiro	1.461	1.464	3	0,2%	1.641	1.593	-48	-2,9%
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	308	315	7	2,3%	292	301	9	3,1%
Técnico Superior de Saúde	33	34	1	3,0%	91	97	6	6,6%
Administração Tributária e Aduaneira					172	194	22	12,8%
Conservador e Notário					14	11	-3	-21,4%
Oficial dos Registos e do Notariado					110	105	-5	-4,5%

FONTE: Estatísticas do Emprego Público - 2º Trimestre de 2016 - DGAEP - Ministério das Finanças

Quadro 3 -Variação das remunerações na Administração Central no período 2011-2016, e estimativa do número de trabalhadores que não sentiram os efeitos da reposição dos cortes

CARGO / CARREIRA / GRUPO	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL											
	Remuneração base média mensal						Ganho médio mensal					
	outubro 2011	julho 2014 (sem cortes)	outubro 2015	janeiro 2016	abril 2016(p)	outubro 2011	julho 2014 (sem cortes)	outubro 2015	janeiro 2016	abril 2016	Reposto Out.2015/ Abril.2016	Falta ainda repor
Total	1.501 €	1.572 €	1.517 €	1.532 €	1.551 €	1.734 €	1.805 €	1.751 €	1.785 €	1.778 €	27 €	27 €
Represent. do poder legislat. e de órgãos executivos	3.961 €	4.495 €	4.150 €	4.216 €	4.315 €	5.641 €	6.336 €	5.753 €	5.768 €	5.900 €	147 €	436 €
Dirigente superior:	3.780 €	4.093 €	3.779 €	3.895 €	3.965 €	4.502 €	4.977 €	4.638 €	4.762 €	4.857 €	219 €	120 €
Dirigente Superior de 1.º grau	4.067 €	4.464 €	4.190 €	4.248 €	4.341 €	4.962 €	5.496 €	5.203 €	5.251 €	5.377 €	174 €	119 €
Dirigente Superior de 2.º grau	3.651 €	3.927 €	3.608 €	3.745 €	3.808 €	4.295 €	4.745 €	4.403 €	4.553 €	4.641 €	238 €	104 €
Dirigente intermédio:	2.575 €	2.855 €	2.652 €	2.690 €	2.730 €	3.064 €	3.400 €	3.153 €	3.193 €	3.233 €	80 €	167 €
Dirigente Intermédio de 1.º grau	3.044 €	3.317 €	3.038 €	3.059 €	3.137 €	3.683 €	4.012 €	3.671 €	3.711 €	3.799 €	128 €	213 €
Dirigente Intermédio de 2.º grau	2.629 €	2.760 €	2.597 €	2.622 €	2.663 €	3.057 €	3.262 €	3.054 €	3.081 €	3.122 €	68 €	140 €
Dirigente Intermédio de 3.º e mais graus	1.890 €	2.260 €	2.118 €	2.260 €	2.232 €	2.275 €	2.643 €	2.499 €	2.632 €	2.579 €	80 €	64 €
Técnico Superior	1.739 €	1.781 €	1.708 €	1.714 €	1.733 €	1.947 €	1.978 €	1.904 €	1.895 €	1.914 €	10 €	65 €
Assist. técnicos	937 €	925 €	919 €	920 €	919 €	1.085 €	1.071 €	1.070 €	1.068 €	1.067 €	-3 €	4 €
Assist. operacionais	614 €	599 €	589 €	601 €	603 €	748 €	727 €	719 €	730 €	736 €	17 €	-9 €
Informático	1.707 €	1.778 €	1.708 €	1.730 €	1.740 €	1.887 €	1.972 €	1.904 €	1.923 €	1.929 €	26 €	42 €
Magistrado	4.125 €	4.523 €	4.514 €	4.642 €	4.760 €	4.806 €	5.249 €	5.285 €	5.400 €	5.536 €	251 €	-287 €
Diplomata	2.399 €	2.466 €	2.341 €	2.352 €	2.408 €	8.724 €	8.246 €	8.570 €	8.552 €	9.100 €	530 €	-853 €
Pessoal de Investigação Científica	3.088 €	3.322 €	3.123 €	3.167 €	3.213 €	3.180 €	3.427 €	3.242 €	3.288 €	3.331 €	89 €	96 €
Docente Ensino Universitário	3.186 €	3.558 €	3.277 €	3.334 €	3.389 €	3.285 €	3.667 €	3.387 €	3.437 €	3.494 €	107 €	172 €
Docente Ensino Superior Politécnico	2.636 €	2.925 €	2.746 €	2.755 €	2.834 €	2.746 €	3.044 €	2.861 €	2.855 €	2.939 €	78 €	104 €
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário	1.953 €	2.077 €	1.983 €	1.993 €	2.009 €	2.052 €	2.164 €	2.088 €	2.086 €	2.108 €	20 €	56 €
Pessoal de Inspecção	2.146 €	2.278 €	2.171 €	2.191 €	2.256 €	2.486 €	2.603 €	2.481 €	2.497 €	2.579 €	98 €	24 €
Médico	2.697 €	2.772 €	2.621 €	2.614 €	2.673 €	3.729 €	3.606 €	3.389 €	3.312 €	3.378 €	-11 €	228 €
Enfermeiro	1.338 €	1.342 €	1.307 €	1.303 €	1.324 €	1.566 €	1.525 €	1.511 €	1.487 €	1.504 €	-7 €	21 €
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	1.264 €	1.250 €	1.213 €	1.211 €	1.217 €	1.434 €	1.400 €	1.377 €	1.363 €	1.359 €	-18 €	41 €
Técnico Superior de Saúde	1.814 €	1.881 €	1.797 €	1.798 €	1.825 €	2.030 €	2.083 €	2.018 €	1.994 €	2.013 €	-6 €	70 €
Administ.Tributária e Aduaneira	1.834 €	1.895 €	1.794 €	1.762 €	1.798 €	2.035 €	2.078 €	1.983 €	1.945 €	1.972 €	-11 €	106 €
Conservador e Notário	3.395 €	3.689 €	3.385 €	3.405 €	3.504 €	3.884 €	3.920 €	3.611 €	3.597 €	3.700 €	88 €	221 €
Oficial dos Registos e do Notariado	1.857 €	1.945 €	1.856 €	1.867 €	1.885 €	2.007 €	2.084 €	1.990 €	1.990 €	2.022 €	33 €	61 €
Oficial de Justiça	1.406 €	1.384 €	1.352 €	1.359 €	1.361 €	1.640 €	1.616 €	1.587 €	1.559 €	1.570 €	-16 €	46 €
Forças Armadas	1.121 €	1.152 €	1.131 €	1.145 €	1.148 €	1.505 €	1.540 €	1.517 €	1.521 €	1.526 €	8 €	15 €
Policia Judiciária	1.804 €	1.857 €	1.761 €	1.759 €	1.785 €	2.213 €	2.288 €	2.164 €	2.157 €	2.196 €	32 €	92 €
Policia de Segurança Pública	1.297 €	1.372 €	1.343 €	1.370 €	1.393 €	1.647 €	1.813 €	1.810 €	1.779 €	1.819 €	9 €	-6 €
Guarda Nacional Republicana	1.316 €	1.385 €	1.411 €	1.399 €	1.406 €	1.556 €	1.660 €	1.650 €	1.651 €	1.668 €	18 €	-8 €
Serviço Estrangeiros Fronteiras	2.002 €	2.142 €	2.010 €	1.988 €	2.022 €	2.669 €	3.009 €	2.781 €	2.742 €	2.795 €	14 €	214 €
Guarda Prisional	1.011 €	1.027 €	991 €	1.003 €	1.009 €	1.769 €	1.952 €	1.809 €	1.832 €	1.825 €	16 €	127 €
Outro Pessoal de Segurança	1.061 €	1.088 €	1.095 €	1.095 €	1.108 €	1.486 €	1.556 €	1.601 €	1.572 €	1.580 €	-21 €	-24 €

FONTE: Estatísticas do Emprego Público - 2º Trimestre de 2016 - DGAEP - Ministério das Finanças

ESTIMATIVA DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL QUE NÃO TIVERAM REPOSIÇÃO

CATEGORIAS QUE TODOS OS TRABALHADORES NÃO TIVERAM REPOSIÇÃO DE CORTES	Nº Trabalhadores	Percentagem do		
	Dez.2011	Jun.2016	Dez.2011	Jun.2016
Assistente técnico/administrativo	57.753	48.136	11,2%	10,2%
Assist. operacional/operário/auxiliar	95.414	86.161	18,5%	18,2%
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	8.303	8.127	1,6%	1,7%
Outro Pessoal de Segurança	1.909	1.289	0,4%	0,3%
SOMA 1	163.379	143.713	31,6%	30,4%
TOTAL TRABALHADORES AD. CENTRAL (sem Forças Armadas)	516.663	473.104	100,0%	100,0%
CATEGORIAS QUE MUITOS TRABALHADORES TAMBÉM NÃO TIVERAM REPOSIÇÃO DE CORTES				
	Nº Trabalhadores	Percentagem do	Dez.2011	Jun.2016
	Dez.2011	Jun.2016	Dez.2011	Jun.2016
Técnico Superior	33.427	32.106	6,5%	6,8%
Enfermeiro	39.635	39.335	7,7%	8,3%
Oficial de Justiça	8.905	7.465	1,7%	1,6%
SOMA 2	81.967	78.906	15,9%	16,7%
TOTAL (SOMA 1 + SOMA 2)	245.346	222.619	47,5%	47,1%

Função Pública tem as remunerações congeladas desde 2009, e reposição não tem efeitos para 44% trabalhadores

Quadro 4 – Variação das remunerações na Administração Local no período 2011-2016, e estimativa do número de trabalhadores que não sentiram os efeitos da reposição dos cortes

CARGO / CARREIRA / GRUPO	ADMINISTRAÇÃO LOCAL												
	Remuneração base média mensal					Ganho médio mensal							
	outubro 2011	julho 2014	outubro 2015	janeiro 2016	abril 2016	outubro 2011	julho 2014 (sem cortes)	outubro 2015	janeiro 2016	abril 2016(p)	Reposto Out.2015/ Abril.16	Falta repor	
Total	921 €	941 €	936 €	943 €	946 €	1.070 €	1.088 €	1.080 €	1.083 €	1.093 €	13 €	-5 €	
Represent. do poder legislat. órgãos executivos	2.106 €	2.470 €	2.283 €	2.334 €	2.375 €	2.605 €	3.079 €	2.855 €	2.908 €	2.966 €	111 €	112 €	
Dirigente superior:	2.792 €	3.125 €	2.973 €	2.995 €	3.059 €	3.334 €	3.711 €	3.557 €	3.579 €	3.670 €	113 €	41 €	
Dirigente intermédio:	2.431 €	2.566 €	2.451 €	2.483 €	2.517 €	2.711 €	2.835 €	2.708 €	2.732 €	2.775 €	67 €	60 €	
<i>Dirigente Intermédio de 1.º grau</i>	2.732 €	2.870 €	2.733 €	2.782 €	2.828 €	3.116 €	3.250 €	3.097 €	3.144 €	3.203 €	106 €	47 €	
<i>Dirigente Intermédio de 2.º grau</i>	2.426 €	2.589 €	2.472 €	2.505 €	2.544 €	2.689 €	2.856 €	2.729 €	2.756 €	2.805 €	76 €	51 €	
<i>Dirigente Intermédio de 3.º e mais graus</i>	1.800 €	1.953 €	1.930 €	1.945 €	1.968 €	1.985 €	2.059 €	2.024 €	2.030 €	2.056 €	32 €	3 €	
Técnico Superior	1.504 €	1.530 €	1.501 €	1.506 €	1.511 €	1.601 €	1.632 €	1.600 €	1.600 €	1.612 €	11 €	20 €	
Assistente técnico, administrativo	891 €	886 €	885 €	885 €	885 €	999 €	996 €	998 €	990 €	995 €	-3 €	0 €	
Assist. operacional, operário, auxiliar	630 €	625 €	628 €	634 €	635 €	777 €	770 €	767 €	771 €	778 €	11 €	-8 €	
Informático	1.522 €	1.573 €	1.538 €	1.551 €	1.559 €	1.628 €	1.689 €	1.658 €	1.668 €	1.675 €	17 €	14 €	
Educ.Infância e Doc. Ens. Básico e Secundário	1.635 €	1.716 €	1.685 €	1.694 €	1.701 €	1.740 €	1.818 €	1.787 €	1.789 €	1.805 €	18 €	13 €	
Enfermeiro	1.216 €	1.300 €	1.367 €	1.369 €	1.369 €	1.501 €	1.645 €	1.738 €	1.706 €	1.674 €	-64 €	-29 €	
Bombeiro	993 €	995 €	966 €	965 €	972 €	1.541 €	1.474 €	1.449 €	1.470 €	1.496 €	47 €	-21 €	
Polícia Municipal (d)	943 €	937 €	934 €	935 €	943 €	1.400 €	1.399 €	1.369 €	1.380 €	1.415 €	46 €	-16 €	

FONTE: Estatísticas do Emprego Público - 2º Trimestre de 2016 - DGAEP - Ministério das Finanças

ESTIMATIVA DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL QUE NÃO TIVERAM REPOSIÇÃO DE CORTES

CARGO / CARREIRA / GRUPO	Nº Trabalhadores			Percentagem do Total		
	dez-11	dez-15	jun-16	dez-11	dez-15	jun-16
Assistente técnico, administrativo	28.721	26.758	26.713	23,1%	24,4%	24,3%
Assistente operacional	64.261	54.051	54.045	51,8%	49,2%	49,1%
Bombeiro	2.264	2.044	2.076	1,8%	1,9%	1,9%
Polícia Municipal	1.272	1.137	1.160	1,0%	1,0%	1,1%
SOMA	96.518	83.990	83.994	77,7%	76,5%	76,4%
ADMINISTRAÇÃO LOCAL -Total Trabalhadores	124.171	109.805	109.987			

FONTE: Estatísticas do Emprego Público - 2º Trimestre de 2016 - DGAEP - Ministério das Finanças

Função Pública tem as remunerações congeladas desde 2009, e reposição não tem efeitos para 44% trabalhadores

Quadro 5 – Variação das remunerações nos Fundos da Segurança Social no período 2011-2016, e estimativa do número de trabalhadores que não sentiram os efeitos da reposição dos cortes

CARGO / CARREIRA / GRUPO	FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL				
	Remuneração base média mensal				
	outubr o 2011	julho 2014	outubro 2014	janeiro 2015	Faltava repor em Jan. 2015
Total	1.211 €	1.203 €	1.177 €	1.190 €	13 €
Dirigente superior:	3.671 €	4.173 €	3.755 €	3.816 €	357 €
<i>Dirigente Superior de 1.º grau</i>	3.813 €	4.613 €	4.152 €	4.217 €	396 €
<i>Dirigente Superior de 2.º grau</i>	3.586 €	4.015 €	3.614 €	3.672 €	343 €
Dirigente intermédio:	1.921 €	1.894 €	1.778 €	1.784 €	110 €
<i>Dirigente Intermédio de 1.º grau</i>	3.077 €	3.292 €	3.020 €	3.062 €	230 €
<i>Dirigente Intermédio de 2.º grau</i>	2.709 €	2.410 €	2.200 €	2.224 €	186 €
<i>Dirigente Intermédio de 3.º e mais graus</i>	1.727 €	1.355 €	1.317 €	1.320 €	35 €
Técnico Superior	1.578 €	1.559 €	1.520 €	1.521 €	39 €
Assist. técnico, técnico nível interm., administ.	933 €	888 €	882 €	881 €	7 €
Assist. operac., operário, auxiliar; aprend. e pratic. (c)	706 €	689 €	693 €	707 €	-18 €
Informático	2.003 €	2.116 €	1.938 €	2.012 €	103 €
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário	2.051 €	2.195 €	2.072 €	1.970 €	225 €
Pessoal de Inspecção	1.643 €	1.508 €	1.600 €	1.604 €	-97 €
Enfermeiro	1.112 €	1.698 €	1.639 €	2.248 €	-550 €
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	1.394 €	1.297 €	1.238 €	1.329 €	-32 €

FONTE: Estatísticas do Emprego Público - 2º Trimestre de 2016 - DGAEP - Ministério das Finanças

ESTIMATIVA DO N.º DE TRABALHADORES QUE NÃO SENTIRAM OS EFEITOS DA REPOSIÇÃO

CARGO / CARREIRA / GRUPO	Nº Trabalhadores		% do Total Trab. F.S.S.	
	Dez-11	Jun-16	Dez-11	Jun-16
Assist. técnico, técnico nível interm., administrativo (b)	5.224	4.129	41,0%	42,1%
Assist. operac., operário, auxiliar; aprend. e pratic. (c)	2.364	1.342	18,6%	13,7%
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	32	11	0,3%	0,1%
SOMA	7.620	5.482	59,8%	55,9%
FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL-Total trabalhadores	12.743	9.804	100,0%	

FONTE: Estatísticas do Emprego Público - 2º Trimestre de 2016 - DGAEP - Ministério das Finanças

Quadro 6 – Variação das remunerações na Região Autónoma dos Açores no período 2011-2016, e estimativa do número de trabalhadores que não sentiram os efeitos da reposição dos cortes

CARGO / CARREIRA / GRUPO	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES									
	Remuneração base média mensal				Ganho médio mensal					
	outubro 2011	julho 2014	outubro 2015 (sem corte)	abril 2016	outubro 2011	julho 2014 (sem corte)	outubro 2015	abril 2016	Valor reposto	Falta repor
Total	1.339 €	1.393 €	1.370 €	1.386 €	1.588 €	1.634 €	1.596 €	1.607 €	10 €	28 €
Represent. do poder legislat. e de órgãos executivos	3.305 €	3.514 €	3.348 €	3.492 €	4.031 €	4.293 €	4.114 €	4.258 €	144 €	36 €
Dirigente superior:	3.091 €	3.476 €	3.272 €	3.379 €	4.050 €	4.314 €	3.989 €	4.144 €	156 €	169 €
Dirigente Superior de 1.º grau	3.549 €	3.861 €	3.647 €	3.736 €	4.850 €	4.920 €	4.439 €	4.543 €	104 €	377 €
Dirigente Superior de 2.º grau	2.679 €	3.092 €	2.806 €	2.920 €	3.329 €	3.708 €	3.428 €	3.633 €	205 €	74 €
Dirigente intermédio:	2.504 €	2.786 €	2.617 €	2.700 €	2.839 €	3.185 €	2.943 €	3.004 €	61 €	181 €
Dirigente Intermédio de 1.º grau	2.638 €	3.013 €	2.805 €	2.902 €	3.168 €	3.575 €	3.239 €	3.339 €	100 €	236 €
Dirigente Intermédio de 2.º grau	2.515 €	2.747 €	2.584 €	2.666 €	2.795 €	3.062 €	2.881 €	2.956 €	75 €	106 €
Dirigente Intermédio de 3.º e mais graus	2.258 €	2.484 €	2.344 €	2.429 €	2.423 €	2.824 €	2.547 €	2.540 €	-7 €	284 €
Técnico Superior	1.752 €	1.771 €	1.701 €	1.711 €	1.906 €	1.943 €	1.865 €	1.863 €	-2 €	80 €
Assist. técnico, técnico nível interm., administrativo	964 €	961 €	957 €	952 €	1.105 €	1.119 €	1.110 €	1.098 €	-12 €	21 €
Assist. operac., operário, auxiliar; aprend. e pratic.	676 €	668 €	668 €	676 €	844 €	852 €	844 €	848 €	4 €	4 €
Informático	1.802 €	1.888 €	1.794 €	1.835 €	1.923 €	2.041 €	1.938 €	1.968 €	29 €	73 €
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário	1.836 €	1.900 €	1.848 €	1.878 €	2.000 €	2.030 €	2.010 €	2.016 €	7 €	13 €
Pessoal de Inspecção	1.861 €	2.019 €	1.937 €	1.976 €	2.363 €	2.433 €	2.339 €	2.366 €	27 €	67 €
Médico	2.719 €	2.882 €	2.663 €	2.737 €	4.700 €	4.582 €	3.958 €	4.213 €	255 €	369 €
Enfermeiro	1.228 €	1.400 €	1.370 €	1.393 €	1.604 €	1.754 €	1.664 €	1.680 €	15 €	75 €
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	1.352 €	1.409 €	1.327 €	1.343 €	1.763 €	1.698 €	1.540 €	1.549 €	9 €	149 €
Técnico Superior de Saúde	2.071 €	2.176 €	2.102 €	2.138 €	2.496 €	2.723 €	2.403 €	2.522 €	119 €	201 €
Outro Pessoal de Segurança	0 €	702 €	603 €	0 €	0 €	809 €	689 €	0 €		

FONTE: Estatísticas do Emprego Público - 2º Trimestre de 2016 - DGAEP - Ministério das Finanças

É evidente que, pelo menos, os assistentes técnicos, os assistentes operacionais e muitos técnicos de diagnóstico e terapêutica não sentiram os efeitos da reposição dos cortes de remunerações. E estes, de acordo com os dados do quadro 2, somam 7.695 trabalhadores.